



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Sobre o aperfeiçoamento do mecanismo de autofiscalização do pessoal policial

Há dias, a Polícia Judiciária (PJ) descobriu que um investigador criminal principal, aproveitando-se das suas funções, terá facultado informações internas da Polícia a grupos criminosos de usura e sequestro, com o fim de obter interesses ilegais. As autoridades de segurança não fugiram nem omitiram o caso, aliás, enfrentaram-no e trataram-no com seriedade, como costumam fazer. Os casos ilegais deste género ocorrem com alguma frequência e não param, apesar das respectivas acções de combate, daí as dúvidas da sociedade sobre a eventualidade de existirem lacunas e deficiências na gestão da ética e disciplina do pessoal policial e no respectivo mecanismo de fiscalização interna, assim como sobre a necessidade de se avançar com o devido aperfeiçoamento, atendendo à evolução dos tempos.

O pessoal policial é executor do poder público, portanto, a sua ética e integridade têm implicações com o exercício correcto do poder público. De certa forma, a integridade das equipas aplicadoras da lei determina o ambiente social. A descoberta de ilegalidades praticadas pelo pessoal policial mereceu o elogio da sociedade, por as autoridades de segurança se atreverem a expor a “roupa suja”, mas deixou, inevitavelmente, a sociedade preocupada com a capacidade de a gestão da disciplina e ética em vigor e do



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

mecanismo de fiscalização interna conseguirem dar resposta a um ambiente de trabalho que se torna cada vez mais complexo e aos desafios respectivos.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Em Junho de 2015, foi aditada à página electrónica do Gabinete do Secretário para a Segurança a coluna de “Alarme da Polícia sempre Soa”, com o objectivo de aumentar, através da publicitação de informações, a transparência administrativa e a gestão da disciplina e ética do pessoal policial, para que se façam surtir os efeitos de autofiscalização e que o público possa prestar atenção, acompanhar e fiscalizar constantemente os trabalhos das Linhas da Acção Governativa, promovendo-se assim o aumento da eficiência do mecanismo de fiscalização, interna e externa. A referida coluna foi criada há quase três anos, então, já foram alcançadas as pretensões iniciais das autoridades? Que avaliações é que foram entretanto efectuadas?

2. Segundo o Relatório Anual 2017 da Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau (CFD), esta recebeu, no ano passado, 121 queixas de cidadãos, registando-se um aumento significativo de 72,9% em comparação com o ano 2016. E como as ilegalidades praticadas por pessoal policial não param, apesar das várias acções de combate, a sociedade questiona se o mecanismo de autofiscalização consegue surtir os efeitos de fiscalização e auto-aperfeiçoamento. As autoridades devem, através de revisão, aditamento e alteração, avançar com o reforço ou com a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

criação de mecanismos mais eficientes e específicos para a autofiscalização interna e a gestão da disciplina e ética. Vão fazê-lo? Com que novas medidas vão avançar em concreto?

3. Segundo as recentes afirmações do Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak, não há indícios de o desenvolvimento do sector do jogo influenciar a segurança, tendo-se registado uma descida do número dos casos de “sequestro” e de “usura” entretanto instaurados pela Polícia. No entanto, foi recentemente descoberto um caso envolvendo pessoal do Departamento de Investigação de Crimes relacionados com o Jogo da PJ, que terá facultado informações internas da Polícia a, pelo menos, três grupos criminosos de usura e sequestro, para os ajudar a fugir à investigação da PJ e às respectivas responsabilidades penais. Assim, a sociedade está preocupada com o seguinte: será que o Governo da RAEM consegue estar verdadeiramente inteirado da situação relativa aos crimes relacionados com o jogo? Será que existem factores influenciadores que podem afectar os estudos e decisões do Governo da RAEM relativamente ao desenvolvimento global do sector do jogo?

11 de Abril de 2018

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Lei Chan U